

Os intelectuais e a estratégia – o caso português

Diogo Pires Aurélio*

Há duas maneiras de abordar o tema que nos é proposto sob o título genérico «Os intelectuais e a estratégia»: uma, a que eu chamarei internalista, consistirá em analisar a evolução dos estudos estratégicos, isolando as diversas teorias sobre o assunto, o significado e as motivações das rupturas verificadas, as fronteiras que as separam e fazem divergir, a sua relação com a história das mentalidades, a sua maior ou menor dependência dos factos e o grau de influência que assumem nas decisões dos homens de Estado. Alguns estudos de Raymond Aron, sobre Clausewitz ou sobre as teorias estratégicas na década de 60, ilustram exemplarmente este ponto de vista. Mas há uma outra, que consistirá em analisar as atitudes intelectuais que a estratégia e o problema da guerra em geral suscitam no seu exterior. Neste último caso, «os intelectuais e a estratégia» tomar-se-á como um capítulo específico da história das mentalidades e não como história dos estudos estratégicos em si mesmos. Escusado será dizer que a delimitação proposta não é isenta de algum formalismo e até ambiguidade, na medida em que o sucesso das teorias estratégicas pode condicionar as mentalidades e, inversamente, os meios culturais e científicos disponíveis são cada vez mais um elemento determinante da estratégia. Apesar disso, e levando em conta o risco, creio que a delimitação de perspectivas terá vantagens, ao menos para ajudar a clarificar o tema.

O objectivo das considerações aqui propostas insere-se na segunda das linhas de investigação aludidas e pretende, muito especificamente, delimitar os principais campos no interior dos quais a questão estratégica se cruzou, nos últimos anos, em Portugal, com os vectores culturais dominantes no país. Antecipando um pouco, identificarei esses campos como a *história*, o *território*, os *aliados* e as forças armadas. Na maioria dos casos, devo acrescentar, o cruzamento foi e é muito mais objectivo que subjectivo. Dito de outro modo, o intuito de muitas das reflexões a que iremos aludir não foi deliberadamente sobre matéria estratégica e é só a *posteriori* que descobrimos, por vezes com nítida evidência, a sua filiação na matriz de problemas com que se defrontou o todo nacional e, por conseguinte, a porosidade que as liga às questões de estratégia.

Divórcio intelectuais/estratégia

* Docente da Universidade Nova de Lisboa.

Não se estranhará, de resto, a raridade com que as reflexões assumidamente estratégicas emergiram em Portugal no exterior das instituições militares, de tal maneira a situação é comum no contexto da cultura europeia. Sem querer entrar na questão mais vasta e de cariz estritamente filosófico que é o paradoxo de *pensar a guerra* e de racionalizar o que é do domínio da conflitualidade sem mediação a não ser pela força, recordarei apenas que a tradição intelectual do Ocidente se organiza em torno da busca de uma verdade universal e de um fim comum à natureza humana, rejeitando, portanto, confinar-se às particularidades de grupos ou de nações. Intelectual, segundo essa mesma tradição, é aquele que garante uma relação com a realidade na perspectiva do universal, uma relação que não deriva, por conseguinte, da sua inserção numa cultura ou numa nação. O próprio intelectual marxista, que tanto ênfase põe na denúncia das infra-estruturas que as ideologias mascaram, fala sempre na perspectiva de uma verdade subjacente a todos os homens e a todas as coisas e só assim pode postular uma alegada certeza no progresso da história e no seu destino inevitável. O problema é como pensar, a partir de um tal postulado, a contingência em que se inscreve a confrontação entre nações, sem a diluir na categoria de simples epifenómeno de uma verdade subjacente que seria a oposição entre classes.

Em segundo lugar, a figura do intelectual evoca de preferência a função de um observador da sociedade, normalmente crítico do poder, ao passo que a reflexão estratégica, processando-se quase exclusivamente no interior das forças armadas, deixa supor inevitavelmente compromissos com o mesmo poder, de que estas seriam instrumento privilegiado. Entre um e outro dos campos, não raro circulam suspeitas de vária ordem, mais ou menos fundadas mas culturalmente actantes. Pela sua atitude crítica, os intelectuais tendem a ver no militar um simples executor de ordens cuja «competência» específica se resumiria à gestão da força. Pela especificidade das suas funções, pelo secretismo que por vezes elas implicam e até pela complexidade de saberes – científico, sociológico, tecnológico e político – a que fazem apelo, os militares tendem a ver no intelectual uma figura impertinente, já porque discorre sobre o geral e não domina os meandros da guerra, já porque se pode transformar num elemento desmobilizador da colectividade e, nessa medida, complicar o esforço de defesa. As excepções a título individual, seja de militares com projecção académica e cultural, seja de intelectuais – bastante mais raros – com uma razoável preparação sobre questões de estratégia, não invalidam o jogo de desconfianças cruzadas que entre si travam.

A isto acresce uma outra razão, configurada no decréscimo de importância sofrido pelo factor segurança no debate político em favor de outros bens que interessam aos

indivíduos. Até ao século XVIII, a segurança é, com efeito e por assim dizer, o eixo em torno do qual se organiza quase todo o pensamento político. A partir de então, esse eixo, sem deixar de passar pela segurança, tem o seu maior segmento constituído pelo problema da distribuição do poder e da propriedade no interior de cada grupo, só adjacientemente se interrogando sobre a melhor forma de manter a paz, interna e externamente. Não é a utopia de uma racionalidade progressiva e portadora da harmonia universal uma das características dominantes do Século das Luzes? Kant, já quase a terminar o século, lembrará que o projecto de «paz perpétua» que a razão impõe é contrariado pela natureza e a vontade, as quais pressupõem interesses diversificados e em conflito. Mas são reticências que não farão escola e a panóplia de sonhos sobre a desalienação do homem e da sociedade impor-se-á por muito tempo, com o seu cortejo paradoxal de guerras e revoluções de que só recentemente se começou a fazer o triste inventário.

É verdade que esse projecto de racionalidade totalizante permitiu a emergência de uma reflexão autenticamente estratégica, tal como modernamente a entendemos. Sem o desenvolvimento do cálculo de probabilidades e da teoria dos jogos, que levaram a especulação científica para zonas que tradicionalmente lhe estavam vedadas, seria difícil, se não impensável, essa tentativa para neutralizar, até onde possível, as variações subjectivas, imponderáveis e incertas da acção e decisão, passando a ter em linha de conta aquilo a que Clausewitz chama «princípios moderadores» da vontade que «convertem a guerra num jogo» probabilística mas racionalmente analisável. Dito de outro modo, só a consagração de uma racionalidade sem inibições como as que fariam depender a guerra e a paz de um voluntarismo totalmente incontrollável possibilitou que os problemas da defesa fossem trazidos da consideração meramente empírica e intuitiva para domínios como aqueles em que hoje são equacionados. No entanto, há franjas de irracionalidade que persistem. À medida que se tenta reduzir as margens do aleatório, o avanço das tecnologias gera novos riscos, quase se diria na mesma proporção em que oferece novos meios de segurança. E há, para além disso, fenómenos que escapam a toda a tentativa de integração social e que permanecem como resíduos de imponderabilidade, constituindo uma ameaça para qualquer agregado. O terrorismo e as «guerras santas» comprovam-no.

Como é sabido, ao longo das últimas décadas tem vindo a generalizar-se no Ocidente uma atitude que é, no mínimo, céptica em relação às pretensões de universalidade e objectividade, tanto nas ciências exactas como nas ciências humanas ou na opinião pública. Mas uma tal atitude, exactamente porque denuncia o infundamento da razão totalitária, leva com frequência a um relativismo que coloca todos os valores e todas

as culturas em igualdade e deixa assim desamparada e sem bases a defesa de qualquer ideal. Que um autor tenha podido, há não muito tempo, equiparar a legitimidade ou ausência de legitimidade das sociedades democráticas e liberais à do fundamentalismo islâmico de Khomeini é apenas um deslize que permite observar em toda a crueza e em toda a sua dimensão os riscos de um tal relativismo, bem como da sua suspeita face a qualquer valor ou a qualquer poder. Ao fim e ao cabo, e pese a devida distância em termos doutrinários, não estamos aí muito longe da utopia revolucionária de um Sartre, teoricamente desconfiado perante o poder e as instituições «burguesas», mas praticamente tolerante e compreensivo para com as injustiças dos representantes daquilo a que chamava filosofia inultrapassável do presente, ou seja, o marxismo.

A crítica a este cepticismo começa, hoje em dia, a ser frequente, seja em termos meramente circunstanciais, seja em termos de elaboração teórica. O que se procura não é um qualquer retorno, porventura impossível na era em que vivemos, à antiga confiança na natureza universal do homem, no seu destino e nas suas capacidades intrínsecas. A atitude que parece estar a emergir é antes uma atitude pragmática e fiel aos ensinamentos que o século presente forneceu em abundância. Aceita o facto de que uma cultura só se pode legitimar no interior de si mesma, não havendo possibilidades para um discurso universalista capaz de converter a todos sem violência, e por isso estará mais apta para pensar a conflitualidade e a estratégia. Mas longe de traduzir um ponto de vista neutro a partir do qual todos os valores se equivaleriam, como no relativismo prevaiente em certos meios na década de 60, a atitude pragmática pensa estas questões a partir dos interesses específicos de uma comunidade e dos seus critérios de validade. É, digamos, «etnocentrista» por natureza. Daí que, muito embora assuma a impossibilidade de argumentar em termos transculturais, nem por isso considera injustificáveis valores como, por exemplo, a tolerância e a liberdade. Basta-lhe, com efeito, a comparação empírica entre sociedades em que esses valores predominam e sociedades onde eles são banidos para admitir que alguém que conheça esses dois tipos de sociedade preferirá o primeiro. A conhecida justificação, ou melhor, definição que W. Churchill dava da democracia exemplifica, a anos de distância, esta atitude: é a pior forma de governo que se pode imaginar, se exceptuarmos todas as formas de governo que até hoje se experimentaram.

A estratégia e a cultura portuguesa

Os tópicos que referi configuram, em linhas muito gerais, um debate que se tem travado na cultura europeia e insinuam a metamorfose em perspectiva do estatuto do intelectual ao abandonar, por via da sua própria reflexão, ou atenuar, pelo menos, as pretensões a uma racionalidade global, para além da história, dos grupos e dos indivíduos, entidades estas que se lhe deparam num certo grau de irredutibilidade e, por isso, ao mesmo tempo que estimulam a invenção de modos de coexistência ou acordos de paz, promovem a autodefesa à categoria de instância que terá inevitavelmente de ser pensada. Mas uma tal mudança, como é óbvio, passa-se a nível das elites, muito embora se cruze por vezes com as intuições empíricas do cidadão comum. Se aqui a menciono, é apenas por considerar que ela pode vir a minar a opacidade que se interpôs durante séculos entre a atitude iluminista ou progressista do intelectual animado de propósitos de «paz perpétua» e solidariedade universal e os domínios da estratégia, etimológica e conceptualmente circunscritos à esfera das particularidades potencialmente em conflito.

Não é, por conseguinte, a esta luz que temos de examinar o cruzamento a que aludimos a princípio entre as linhas dominantes da cultura portuguesa e a questão estratégica tal como ela se apresentou nos últimos anos. Para tanto, repito, é necessário isolar os campos de possível confluência entre uma e outra coisa. O que não é difícil, pela simples razão de que o país passou por convulsões com relevo bastante para não passar despercebidas à reflexão dos intelectuais e não deixar indiferentes os estudiosos da estratégia. Tais convulsões estiveram, como se sabe, muito longe de se ficar pela superfície e sacudiram até aos alicerces a arquitectura tradicional da Nação, devendo olhar-se com uma atenção diferente daquela que exigiria a simples mudança de regime. Com efeito, a identidade nacional foi questionada e, com ela, o registo simbólico e a narrativa histórica em que se inscreviam os factores de coesão do agregado; o território viu-se amputado e, em consequência, ficou em aberto a definição dos moldes em que assentar a sua defesa; o quadro de relacionamento internacional alterou-se e repôs o problema da escolha dos aliados; as forças armadas regressaram de uma guerra de 13 anos e interrogaram-se sobre as funções que o futuro lhes reservaria. Uma boa parte destas questões está já solucionada, sem que tenha sequer havido rupturas graves no tecido nacional, o que só demonstra a experiência acumulada ao longo da história para eliminar hipóteses desagregadoras ou incoerentes. Mas isto não quer dizer que as opções tenham emergido de imediato e sem margem para dúvidas ou confronto. Pelo contrário, o seu debate foi de tal modo aceso que em alguns momentos assomou a hipótese de ruptura. Senão, vejamos as principais coordenadas em que decorreu esse debate.

1 – A *história*. A questão principal a este respeito centrou-se no seguinte dilema: é Portugal uma nação europeia ou uma nação pluricontinental como era o seu território até 1975?

Ao longo dos tempos, a dominação colonial fora entendida, à semelhança do que acontecia em toda a parte, como uma simples fonte de recursos para a metrópole. Consequentemente, a única coisa que havia a discutir era a forma mais ou menos eficaz como se exploravam e administravam esses recursos. De uma maneira geral, e sobretudo a partir de meados do século XIX, os intelectuais tendem a considerar que essa exploração está a ser mal feita, razão pela qual se invocam as narrativas históricas e épicas do período da expansão como um contraponto à decadência posterior e como pretexto para ataques a sucessivos regimes a quem se critica o mau aproveitamento da herança africana. Mas em princípios dos anos 60, a situação altera-se. Nessa altura, é o regime que vai enfatizar a memória das grandezas passadas como discurso legitimador e mobilizador do esforço de defesa das fronteiras ameaçadas, enquanto uma parte significativa dos intelectuais o acusa de colonizador. Manifestamente, o espírito do tempo mudara. E enquanto o regime faz evoluir a sua doutrina sobre a matéria no sentido da identificação da nação com o território, a cultura tornar-se-á cada vez mais permeável à ideia de uma multiplicidade de nações submetidas por um mesmo Estado. Se o governo invoca o direito particular de soberania, os intelectuais reclamam o direito universal dos povos à autodeterminação, a que a ONU confere obrigatoriedade e urgência, da mesma forma, aliás, que o fazem alguns dos tradicionais aliados de Portugal.

O confronto, como se sabe, durou apenas 13 anos, tempo insuficiente para se chegar à síntese que se requeria. E quando, em 1975, as colónias acederam à independência, não foi sem dificuldades que o país se reviu na imagem unicamente europeia, que abandonara quase logo no princípio da sua história. Como seria de esperar, a identidade nacional voltou a ser questionada, e para alguns intelectuais não é ainda um assunto encerrado, se bem que a comunidade no seu conjunto, por nunca ter autenticamente interiorizado a ideia de uma nação pluricontinental ou sequer de um império, se tenha readaptado depressa e incorporado no seu espaço agora reduzido as populações que retomaram de África. Basicamente, a questão resume-se em encontrar um sentido global para a história, em particular para os seus momentos de grandeza. Aos olhos da vaga marxizante que assomou no país após a revolução, parecia óbvio que a narrativa desses momentos, tal como figurava no discurso oficial, não era mais do que uma forma de legitimar a exploração dos povos colonizados, pelo que era necessário reler a história e valorizar outros momentos. Boa parte das

tentativas feitas nesse sentido pouco mais são hoje do que um registo longínquo do anedotário irremediável em momentos de convulsão. Afastar, por exemplo, Camões das escolas, ou convertê-lo num poeta das classes desfavorecidas, não era uma operação que a comunidade aceitasse pacificamente ou levasse demasiado a sério. Em contrapartida, e evocação de uma pátria gloriosa perdera também alguma capacidade de convicção perante um presente que se revelava cheio de incertezas. Daí o súbito interesse que ganharam nos últimos anos as tentativas de identificar um país que, paradoxalmente, nunca teve grandes dúvidas quanto à sua identidade nacional profunda e antiga. Ainda agora, mal foi confirmada a integração nas Comunidades Europeias, voltou a emergir uma nebulosa, de contornos difusos e transversal às várias correntes ideológicas, tendente a reafirmar unilateralmente o pendor atlântico e pluricontinental da cultura portuguesa como reacção a um alegado perigo de diluição no ambiente europeu. É sintomático que um dos romances de maior sucesso, em Portugal mas também em Espanha, o ano passado, se desenvolva em torno da ficção de uma fractura geológica dos Pirenéus, por virtude da qual a Ibéria se desprenderia da Europa, descendo como ilha flutuante até ao Atlântico Sul.

2 – O espaço. Tal como a história, a geografia também não está isenta de discussão. Claro que os limites físicos do país ficaram decididos com o fim da descolonização. O problema é que em Portugal há muito não se pensava nesses limites. Como distribuir as áreas de importância no novo espaço, como equacionar a sua defesa, qual o peso a atribuir ao mar, às ilhas e ao território continental, tudo isso foram questões que, se não eram totalmente originais, pelo menos adquiriram uma outra pertinência. E por uma razão óbvia: enquanto ao longo de séculos, e mais ainda nas últimas décadas, o eixo das preocupações portuguesas fora predominantemente o eixo Norte-Sul, com o fim dos conflitos em África passou a ser o eixo Leste-Oeste. Não foi, de resto, por acaso que reapareceram nessa altura as opiniões favoráveis à União Ibérica, ainda que não atingissem senão um reduzido número de intelectuais. Convenhamos que, para um país que não tinha fronteiras terrestres senão com a Espanha, ao menos a hipótese seria inevitável se outros factores, designadamente os de natureza histórica, não intervissem.

O certo é que, para lá dessa hipótese afastada maioritariamente, a representação exacta a atribuir ao território português não é ainda consensual nos meios intelectuais, militares e políticos, oscilando de forma quase insensível entre a imagem de um território continental com ilhas adjacentes e a imagem de um arquipélago distribuído por dois subconjuntos de ilhas e uma área ancorada no continente. Não quer dizer que isto represente uma verdadeira tensão ou que tenha interferido de forma significativa

nas opções assumidas pelo país, mas é evidente que se reveste de alguma pertinência em termos estratégicos, sem falar já do problema aqui pressuposto das autonomias regionais, o qual mereceria um outro desenvolvimento que é impossível no espaço desta breve comunicação.

3 – *Os aliados*. Directamente ligado ao problema do território, há o problema da orientação global da política externa. Também aqui, o alinhamento de Portugal na Aliança Atlântica, por muito que certos sectores de opinião o criticassem e critiquem ainda, não chegou verdadeiramente a ser posto em causa. Mas adentro do quadro dessa orientação há vários arranjos possíveis e sugeridos. Um deles é precisamente o do reforço dos laços com os países africanos de língua oficial portuguesa e com o Brasil, definindo uma comunidade de base linguística mas com projecção e potencialidades noutras áreas. Apesar de alguns acidentes de percurso que assinalaram as relações de Portugal com aqueles países e que seriam porventura inevitáveis na sequência de uma descolonização algo atribulada, tem sido esta uma constante de todos os governos e um projecto apoiado por todas as correntes políticas. Não falta, porém, quem veja aí um projecto alternativo às ligações com a Europa, chegando mesmo, em certos momentos, a emergir tendências, ora de cunho atlantista, ora de cunho terceiro-mundista, que sustentam a reinserção mais ou menos exclusiva da política externa portuguesa no eixo Norte-Sul. Como se sabe, não é essa a orientação que tem vingado. Pelo contrário, ganha progressivamente corpo nos meios políticos e intelectuais a ideia de que só a complementaridade das alianças no hemisfério Norte com as alianças reais ou possíveis no hemisfério Sul poderá fornecer a síntese para o melhor aproveitamento das potencialidades geográficas e históricas do País.

4 – *As forças armadas*. Não vou alongar-me sobre os problemas específicos que este aspecto da questão sugere, mas não poderei evitar uma referência à atitude, ou melhor, às atitudes que as forças armadas suscitaram ao longo dos anos aqui analisados. Tanto mais que elas estiveram no centro de toda a movimentação que se verificou na década de 70 e condicionaram as opções mais decisivas. As forças armadas tinham defendido a soberania portuguesa em África, as forças armadas, ou uma parte delas, fizeram o golpe de Estado que levou à democracia e à descolonização, as forças armadas, enfim, detiveram, durante largo tempo, uma parte não menosprezável do poder. Como é que a sociedade as foi, entretanto, olhando? Sem podermos inventariar aqui as diversas opiniões a este respeito expressas, limitar-nos-emos a uma breve alusão àquelas que maior eco obtiveram na opinião pública. Assim:

- a) Num primeiro momento, logo após a Revolução, os militares foram confrontados com duas atitudes diametralmente opostas: uma, que foi maioritária, sublinhando apenas o acto de terem posto fim ao anterior regime, fosse qual fosse a apreciação que se fizesse de tal acto; outra, circunscrita a meios esquerdistas mas que nem por isso teve menos impacto, tendente a sublinhar a cumplicidade dos militares com o regime deposto e a exigir a sua imediata retirada de África. Circunstâncias que têm sobretudo a ver com a evolução imediata do poder político fariam com que a primeira daquelas atitudes viesse a predominar, ficando entretanto por pensar, a não ser na sua tramitação imediata e superficial, a passagem de um corpo até aí apagado sob o manto de um pretense apoliticismo para a ribalta do poder e para a categoria de principal agente político. Sobre isso, para além de algumas anotações esparsas, talvez só Eduardo Lourenço tenha lançado, numa obra que se chamava precisamente «Os militares e o poder», algumas interrogações que rapidamente foram esquecidas na voragem dos acontecimentos dessa altura.
- b) A opinião que vingará logo a seguir, até por ser a imagem com que alguns militares – os mais influentes de então – pensam a sua actuação política, é a que vê nas forças armadas uma espécie de movimento de libertação do povo português, interiorizando assim, de forma assaz paradoxal, a imagem com que se representavam, poucos meses atrás, os adversários em África. De alguma forma, foi este um processo, porventura demasiado fácil, de imaginar coerentemente o que à luz do dia aparecia como suprema incoerência. Na tentativa de conciliar o perfil tradicionalmente apolítico – bem patente na metáfora do «espelho da Nação» – com a presença cada vez maior no terreno político, alguns militares e forças sociais com eles sintonizadas sentiram a necessidade de se instalar nessa figura de movimento suprapartidário que lhes garantiria o prestígio inerente ao alegado distanciamento e, ao mesmo tempo, o poder de intervir e decidir. A precaridade do estratagema é conhecida. Uma vez tornados centros de decisão, os quartéis vão ser rapidamente invadidos pelo confronto de opiniões, reproduzindo-se no seu interior as querelas partidárias e consumindo-se assim, em poucos meses, o mito do distanciamento. Por pouco não se consumia também a própria instituição...
- c) Mais tarde, a tentação de julgar os militares, não já por cumplicidades com o anterior regime mas pela forma apressada e desconcertada como teriam abandonado África, voltou a surgir, desta vez num artigo de um intelectual prestigiado, António José Saraiva, que suscitou ampla polémica.

- d) Uma outra atitude que dominou em certos meios, até à revisão constitucional, foi a que se traduziu na suspeita de que os militares estariam abusivamente a resistir ao regresso às casernas, consolidando posições num aparelho de Estado que tinham garantido entregar aos civis. Justificada ou não, e com intuítos mais ou menos partidários, tal suspeita só terá desaparecido após a eleição de um Presidente da República civil.
- e) Registe-se, por último, a tese apresentada por José Medeiros Ferreira, já posteriormente à revisão constitucional, que faz uma releitura dos acontecimentos e pretende evidenciar a revelação no interior das forças armadas de uma elite «com capacidade de pensamento estratégico sobre a instituição militar e sobre a resolução de grandes problemas nacionais», a qual se manteve «de acordo para considerar o regime democrático e pluralista como o mais adequado à afirmação do Estado português e à sobrevivência da própria instituição militar». Aparentemente restrita a simples visão histórica, esta tese projecta-se, no entanto, sobre a actualidade, na medida em que as personagens principais a que alude continuam em campo. Daí o seu lado discutível, bem como a sua presumível recusa por parte dos que pretendem revitalizar a imagem de um corpo coeso e invulnerável a critérios de promoção exógenos.

Mais do que sobre problemas específicos de defesa, as preocupações e discussões no meio intelectual português incidiram sobre a essência do país a defender. O debate não está, naturalmente, encerrado, mas tem permitido, através de postulações por vezes contraditórias, isolar e assumir opções coerentes e rejeitar modelos em ruptura, já com as linhas de força historicamente dominantes e sedimentadas, já com o espaço geoestratégico em que o país está inserido. O que se pretendeu aqui mostrar foram somente as principais coordenadas em que se inscreveu esse debate, e bem assim o lastro cultural movediço em que foram criando raízes as escolhas que vieram a confirmar-se. Não sei se poderá tornar-se como ilustração do tema «os intelectuais e a estratégia», de tal maneira a experiência portuguesa se revelou diferente no contexto histórico da Europa deste século. Creio, no entanto, que essa experiência não poderá ou, pelo menos, não deverá ser ignorada se se quiser pensar a estratégia como algo mais do que um simples jogo de hipóteses ou de conflitos em abstracto.